

A FEMINILIDADE FRENTE ÀS PROBLEMÁTICAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A ATENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.¹

Geovana Momesso²

Maria Cristiane Nali³

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa documental de Iniciação Científica, na qual buscou-se – à luz da teoria psicanalítica – elucidar alguns aspectos da situação feminina na sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito às problemáticas enfrentadas pelas mulheres em condição de violência doméstica. Os dados citados na referida pesquisa foram obtidos através da apreciação de boletins de ocorrência de uma delegacia de um município do interior do estado. Uma breve revisão bibliográfica realizada viabilizará a compreensão dos dados, possibilitando um olhar singular acerca desta polêmica questão. Investigar a condição subjetiva da mulher frente à problemática da violência trouxe evidências de marcas históricas na subjetividade feminina, porém reveladoras de uma demanda ao Outro. O presente artigo pretende contribuir com as reflexões dos profissionais envolvidos na rede para garantir um atendimento de qualidade à mulher em questão, bem como possibilitar a criação de mecanismos específicos de acolhimento por meio do mapeamento da amostra.

PALAVRAS-CHAVE

Psicanálise; Mulher – Subjetividade; Feminilidade; Violência Doméstica; Rede de Atendimento Especializado; Contemporaneidade.

¹ O presente trabalho foi apresentado parcialmente no CONIC-2012. Na ocasião ainda não estávamos com o conteúdo da pesquisa documental.

² Aluna do 5.º Ano de Psicologia da FAAT.

³ Psicóloga, Psicanalista e Professora do curso de Psicologia da FAAT. Orientadora do presente trabalho de IC.

ABSTRACT

This article is the result of a research documentary Scientific Initiation, in which we sought to – in the light of psychoanalytic theory – to elucidate some aspects of the situation of women in contemporary society, especially with regard to the problems faced by women in conditions of domestic violence. The data cited in that study were obtained through the examination of police reports of a police station of a municipality in the state. A brief literature review will enable the understanding of the data, allowing for a natural look on this controversial issue. Investigate the subjective condition of the woman facing the problem of violence brought evidence of historical markers in female subjectivity, but revealing a demand to the Other. This paper contributes to the reflections of the professionals involved in the network to ensure quality care to women in question, and to enable the creation of specific mechanisms of host by mapping the sample.

KEY WORDS

Psychoanalysis; Woman – Subjectivity; Femininity; Domestic Violence; Network of Specialized Care; Contemporary.

INTRODUÇÃO

A valorização do feminino tem sido um tema atual tanto na mídia quanto em nosso cotidiano clínico-psicológico.⁴ Compreender a mulher em sua subjetividade, a importância da harmonia da razão e emoção, seu bem-estar em todas as esferas da vida, ganha uma relevância em nossa sociedade, e mais ainda, constata-se que a mulher “tem se colocado em questão”.

Os direitos da mulher começaram a ser discutidos a partir da primeira metade do século XIX, sendo sua liberdade, expressão e identidade conquistadas por personalidades que fizeram

⁴ Fazemos aqui um agradecimento à ex-aluna do curso de Psicologia da FAAT e atual psicóloga recém formada: Leticia Cristina dos Santos, por ter idealizado inicialmente este projeto, do qual participou em seu início.

história ao lutarem a favor da causa do gênero e contraporem-se ao sistema patriarcal e capitalista que formou-se desde a queda do matricentrismo. Entretanto, ainda há sobre a mulher um espectro de não equidade, de mitos e fantasias que lhe fazem sombra mesmo às luzes de uma contemporaneidade que se diz livre de desigualdades de gênero. A mulher moderna, pode-se dizer então, é a figura que dá corpo à (eterna) falta da qual fazem referência os psicanalistas.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender alguns aspectos da feminilidade frente às problemáticas do mundo contemporâneo, abordando a questão da violência como um dos aspectos desta realidade e as possíveis relações deste fenômeno com o masoquismo feminino e com a complacência herdada pelo complexo de inferioridade frente à castração. Há assim a possibilidade de contribuir com os profissionais envolvidos na rede de atendimento a essas mulheres, discutir sobre os possíveis posicionamentos diante de tais questões, alterar paradigmas e desmistificar fantasias que surgem em torno dessas mulheres. Uma vez que se tenha um olhar outro para este assunto, dar-se-á voz ao ativismo (silencioso ou não) de muitas pessoas que tentam se manter não alienadas em relação ao sistema imposto, alterando o modo como o assunto é (des)tratado.

Esta pesquisa buscou ainda dar margem a outros tantos trabalhos sobre o tema – uma vez que não foram encontradas muitas publicações recentes – como também buscou colaborar direta e indiretamente em todos os contextos nos quais a mulher atua no mundo contemporâneo. Tais objetivos serão compreendidos por meio da fundamentação teórica de obras psicanalíticas acerca do tema, assim como da coleta e análise dos documentos disponibilizados (por uma delegacia do interior do estado de São Paulo) sobre a violência doméstica. Assim, buscou-se tratar dos conteúdos subjetivos encontrados no discurso presente nos documentos analisados, a fim de desenvolver um trabalho que colaborasse na compreensão de tais fenômenos.

O método utilizado na investigação contou com o levantamento e revisão bibliográfica, assim como a pesquisa documental. Esta última tem grande valor científico, uma vez que as informações que são extraídas dela possibilitam a ampliação da compreensão do fenômeno estudado, permitindo reflexões a partir das análises realizadas, contribuindo desta forma para a produção de conhecimento acerca do tema.

Vale ressaltar sobre este método, o que destacam Sá-Silva et al (2009) quando citam Oliveira (2007) ao chamar a atenção para o fato de que: “*na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico*” (p. 6). Explicam ainda que os documentos utilizados numa pesquisa precisam ser contextualizados em uma estrutura teórica a fim de serem compreendidos na análise posterior. Sendo assim, os dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, permitem uma percepção temporal à compreensão do objeto de estudo.

Nesta pesquisa foram colhidos e analisados documentos referentes ao último quadrimestre do ano de 2012 da delegacia⁵. No que diz respeito ao suporte teórico, foram levantados, fichados e analisados textos publicados na literatura psicanalítica, cujo tema central abordava a feminilidade e as questões contemporâneas acima citadas. A pesquisa documental apresentada neste trabalho foi realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro do ano de 2013. Os dados aqui apresentados foram obtidos através do Livro-Registro número 52 de Inquéritos Policiais da Delegacia de Polícia Militar do Município de Atibaia, que compreendia os registros do final do mês de setembro do ano de 2012 até o final do mês de dezembro do mesmo ano. Os critérios utilizados para a coleta de dados abrangeram: A natureza da ocorrência utilizada na pesquisa; O

⁵ Tal levantamento foi autorizado pelo Delegado responsável, através de Carta de Esclarecimento e Termo de Consentimento.

tipo de crime, denominado '*Crimes Contra a Pessoa*⁶, que totalizava os registros de delitos conforme tipificação contida no Código Penal Brasileiro; A especificação do tipo de violência principal, a saber, a violência doméstica praticada contra a mulher; A ligação do autor com a vítima devia se enquadrar em algum tipo de relacionamento afetivo (casamento, união estável, namoro etc). Foram desconsideradas as ocorrências envolvendo outros tipos de violência contra a mulher que não tivessem associação com a violência doméstica. Deste modo, obteve-se uma amostra não probabilística, entendida aqui como uma amostra:

(...) obtida a partir de algum tipo de critério, onde nem todos os elementos da população têm a mesma chance de ser selecionados, o que torna os resultados não generalizáveis. Guardando suas limitações, esse tipo de amostra pode ser conveniente quando os respondentes são pessoas difíceis de se identificar ou grupos específicos (FREITAS et al, 2000, p. 106).

Além disso, para traçar o perfil da amostra utilizada, levaram-se em consideração alguns dados básicos, como idade, naturalidade, estado civil, profissão, nível de instrução e filhos, a fim de compreender melhor o discurso colhido nos boletins de ocorrência.

Para o levantamento bibliográfico, a pesquisa teórica abarcou textos publicados desde a década de 90 até o momento atual, de modo a contemplar a contemporaneidade vivida pelas mulheres em questão. Textos históricos e de referência também foram utilizados para resgatar a figura feminina, buscando assim compreender melhor aspectos subjetivos que possam ter sido herdados historicamente.

Através da leitura de diversos textos de referência psicanalítica vislumbrou-se a atual posição da mulher frente às problemáticas do mundo contemporâneo, tendo em vista toda a teoria freudiana de desenvolvimento da feminilidade, teoria esta que,

⁶ Fonte: <http://sijut.fazenda.gov.br/netahtml/sijut/SijutIntAsp/ATCP00.htm>

apesar de definitiva, foi inacabada e diversas vezes revisitada por outros autores. Desde 1905, em sua obra *Três ensaios sobre a sexualidade*, Freud deparava-se com a diferença sexual e as consequências advindas daí no inconsciente tanto em homens quanto em mulheres. Vinte anos depois, conforme apontam Silva e Folberg (2008), ele escreve o texto *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, para, ainda nesse mesmo ano, desenvolver a ideia de que:

(...) o complexo de Édipo na menina é uma formação secundária, pois enquanto nos meninos o complexo de Édipo sucumbe ao complexo de castração, nas meninas ele torna-se possível e é promovido por este, e o complexo de castração, nos dois casos, inibe a masculinidade e encoraja a feminilidade, sendo que a diferença entre o complexo de castração nos dois sexos deve-se às diferenças anatômicas. (p. 52)

Tal formulação nos conduz à compreensão do diferente posicionamento subjetivo do homem e da mulher, mas será um outro conceito que elucidará a problemática em questão, trata-se do conceito de masoquismo, utilizado como referência a algo tipicamente feminino; foi formulado por Freud desde *O problema econômico do masoquismo* (1924), é resgatado também a fim de dar subsídios para se pensar sobre a condição feminina frente à violência que lhe é imposta. Na conferência *Feminilidade*, Freud (1932) afirma:

A supressão da agressividade das mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas é verdadeiramente feminino. (p. 144)

Desta colocação, indaga-se a respeito dos “*prováveis ganhos secundários na relação conjugal violenta, em que seu assujeitamento estaria ligado a uma fundamentação masoquista*” (p. 40).

Como tão bem colocam Santos e Cedaro (2012), a mulher acaba colocando-se como objeto na relação, ficando deste modo numa posição arriscada e subjetivamente tão próxima ao masoquismo. Isto é, o desejo da mulher torna-se o desejo do outro, ainda mais tendo em vista o reencontro com este objeto através da repetição, conforme será destacado adiante e corrobora Teixeira (2011). Entretanto, os autores citam Soler (2005) para explicar que a leitura da posição feminina masoquista nos casos de violência deve ser feita com reservas, visto que nos casos em que ambos coexistem, é necessário compreender o fenômeno como uma possibilidade frente à castração. Os autores salientam: “*A posição de objeto comparece como uma forte expressão da posição feminina, como um lugar imposto pela ordem do discurso que se institui sempre que a agressividade do parceiro rompe em ato*” (p. 72). Além disso, ainda salientam a importância de se problematizar o masoquismo como um conceito que não dá conta sozinho de abarcar a questão da violência, respeitando deste modo a singularidade ambicionada pelo pensamento psicanalítico.

Narvaz (2010) traz uma contribuição importante para o entendimento do masoquismo *tipicamente feminino* recorrendo a Fortes (2007) para distinguir os tipos de masoquismo explicitados por Freud (1924), explicando que o masoquismo feminino obedeceria ao modelo de perversão masoquista, necessitando se materializar no relacionamento com o outro, sob a forma de humilhação frente ao objeto amoroso, diferentemente do masoquismo moral, no qual a figura do outro aparece sob a forma das injunções da cultura. A mulher enfrentaria, portanto, além das condições herdadas historicamente quanto a sua conduta e modo de estar no mundo, as problemáticas atuais da sociedade, colocando-se na posição de ser feminino, num entrelaçado entre o biológico e o cultural, conforme aponta Wolff (2009), que traz uma contribuição muito importante no que diz respeito à constituição do feminino, citando Melanie Klein (1932/1975), para destacar as primeiras fases de desenvolvimento infantil:

(...) os bebês, sejam meninos ou meninas, desde o nascimento estabelecem um vínculo de muita proximidade e de amor com a mãe; nesse processo, estrutura-se psiquicamente uma fase de desenvolvimento, que ela chama de feminina, independentemente do sexo. (...) nesse momento, o funcionamento mental é semelhante em meninos e meninas, caracterizando-se pelo desejo de conter dentro de si o pênis do pai e os bebês da mãe, atitude essa continente e considerada como tipicamente feminina. (p. 158)

Este lugar, para Wolff (2009), é entendido, portanto, como uma característica ligada a algo especificamente feminino, diferentemente de ser algo ligado à feminilidade. Esta diferença é pontuada por ela da seguinte forma:

Penso que *o feminino* refere-se a esta dimensão do que é arcaico e não representado. Um registro que se encontra em busca de uma simbolização. A meu ver, esse feminino constitui-se a partir do sexual, não do gênero sexual, que, na tessitura das relações objetivas, constrói uma dimensão psíquica do que é subjetivo, qualquer que seja o gênero de cada um, e vai se tornando simbolizável e simbolizado na medida em que se constitui a mente. Ou seja, é a partir desse feminino que vai se entretecendo a aquisição de uma identificação, que pode ser feminina, e de um senso de feminilidade. Isso não se dá de forma linear, mas sim em circunvoluções e a partir de inter-relações, num processo complexo que envolve desde os registros iniciais das relações mãe-bebê, que revela *o feminino* como um registro arcaico, passando pela busca de um modelo de mãe ideal para identificar-se e pelos aspectos pulsionais no campo do desejo e busca por um objeto sexual. (p. 161)

A partir deste recorte, é possível pensar sobre o estabelecimento de vínculos para a figura feminina, forma esta que é moldada a partir de experiências infantis e que acaba por determinar as ligações futuras na vida adulta, conforme a própria teoria freudiana nos diz. Partindo do pressuposto de que todo ser humano é social, o estabelecimento e a manutenção de seus vínculos caracterizam parte fundamental de sua vida, sendo que o modo

com que o sujeito o faz é singular, pois depende da forma como vivenciou e interiorizou suas experiências primeiras.

Observa-se assim como a mulher está inserida na construção do casal, tendo por referência os pressupostos psicanalíticos do Complexo de Édipo e da Castração como fundadores dessas relações da vida adulta. Neste ponto, a repetição, conceito elaborado por Freud (1914) e que é desenvolvido principalmente no texto *Recordar, repetir e elaborar*, aparece como elemento relevante para entender a dinâmica da escolha conjugal, como aponta Schaefer (2009), uma vez que este mecanismo encontraria campo de atuação em todos os contextos da vida do sujeito.

No que diz respeito à questão do feminino na contemporaneidade, o texto *O feminino, a literatura e a sexualização*, de Patrasso et al (2007), enfatiza sobre a famosa questão “o que quer uma mulher?”, abordando algumas das diferentes maneiras pelas quais, no século XIX e no cenário contemporâneo, se tentou responder à questão do feminino. O artigo *Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica* de Moraes e Coelho Junior (2010) também auxilia na reflexão da questão da mulher e do feminino na sociedade, comparando dois momentos distintos da história: o auge do feminismo e a atualidade.

Soler (2005) destaca que apesar de não termos uma resposta para a famosa questão, podemos considerar a evidência de que, seja lá o que a mulher queira, “ela o busca por intermédio do amor” (p.65). Sabe-se também o quanto isso tem de feminino, pois estando tão ligado àquilo que falta, busca-se através do Outro o preenchimento dessa falta, aqui pensada no que diz respeito à mulher e sua participação na construção do casal.

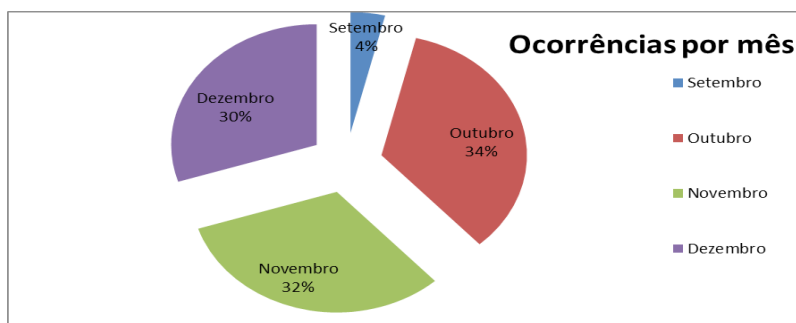
Por fim, através do levantamento e revisão da bibliografia, torna-se possível (re)pensar a questão do feminino na sociedade, bem como as possíveis manifestações e implicações psíquicas da distinção sexual através do tempo, tendo como perspectiva o contexto da violência doméstica como sintoma de uma contempora-

neidade que sofre um mal-estar cuja percepção e representação no imaginário social é ainda tabu. Neste sentido, apresentam-se em seguida os dados obtidos na pesquisa documental.

Apresentação dos Dados e Comentários

Com base nos critérios estabelecidos e apresentados acima, foram contabilizados 157 boletins de ocorrência, dos quais, para a fase de análise qualitativa, foram selecionados 19 casos, dentre eles, cinco do mês de setembro, cinco de outubro, quatro de novembro e cinco de dezembro. A partir da esquematização destas informações, foi possível elaborar gráficos para auxiliar no exame proposto.

Conforme mostra o gráfico apresentado abaixo, constatou-se que o maior número de ocorrências envolvendo violência doméstica contra a mulher se deu no mês de outubro.



Tais números apresentam um diferencial em relação a outros levantamentos (não científicos) que revelam uma incidência maior de violência no mês de dezembro, considerando a hipótese de que o último mês do ano seria mais propício a esses acontecimentos, por ser uma época de festividades, de férias escolares e profissionais, e, conseqüentemente, de maior ociosidade e consumo de substâncias. Um aspecto a ser considerado para compreendermos o baixo número de ocorrências registradas no mês de dezembro é uma possível complacência por parte da mulher causada por essas festividades, que podem

gerar sentimentos de esperança ou de passividade diante de tais eventos. O percentual de 4% apresentado em setembro se deu pelo fato de a utilização do livro de ocorrências contemplar apenas seis casos, uma vez que esse mês estava dividido em dois livros de arquivo e apenas um deles ter sido disponibilizado para a pesquisa. Vale considerar aqui que trata-se dos casos notificados, portanto não necessariamente não ocorreram mais casos de violência nesse período.

No que diz respeito aos tipos de ocorrência associados à violência doméstica, notou-se que a maioria das mulheres (39%) que procuraram auxílio o fizeram após algum tipo de ameaça⁷ por parte do autor, o que indica um sentimento de autopreservação, pois procurar ajuda nesses casos possibilitaria a proteção da vítima. Segundo Diniziii et al (2007), o ativismo e a disseminação de informações acerca do tema podem explicar a existência de valores significativos em relação à procura de ajuda frente a alguns casos de violência:

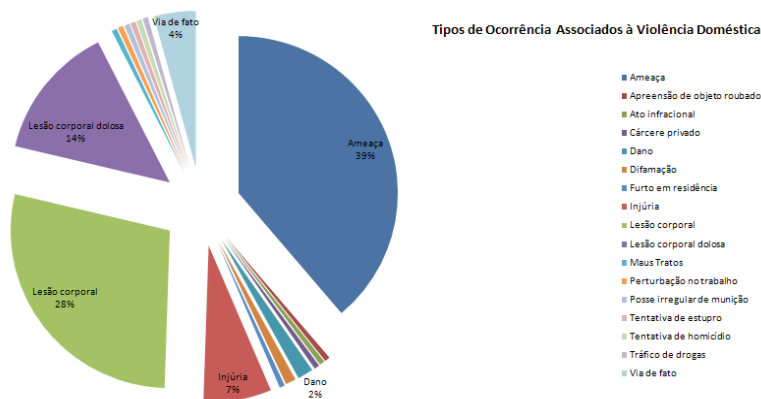
(...) a menor aceitabilidade da violência por parceiro íntimo em geral poderia levar a uma maior sensibilidade e decorrente revelação da violência (...). Diferenças culturais sobre a facilidade de expressão também podem ser responsáveis por esse achado. (p. 805)

Outro dado significativo se refere ao percentual encontrado em registros de dano⁸ e injúria⁹, que também podem representar um desejo de autopreservação da mulher, conforme demonstra o gráfico abaixo.

⁷ **Ameaça:** Imposição feita à vítima por meio de palavra ou gesto suficiente para intimidá-la, viciando, assim, sua livre manifestação da vontade.

⁸ **Dano:** Mal ou ofensa que se faz a outrem; ofensa ou diminuição do patrimônio moral ou material de alguém.

⁹ **Injúria:** Crime contra a honra, consiste em injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Fonte: GUMARÃES, Deocleciano Torrieri (Org.). Dicionário compacto jurídico. 13. Ed. São Paulo: Rideel, 2009



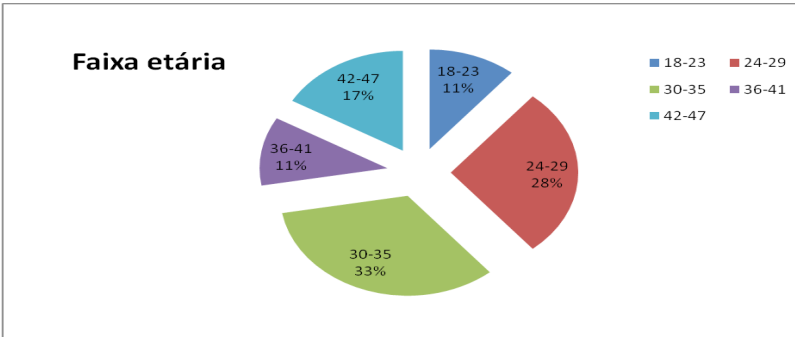
Porém, somando-se os percentuais referentes à lesão corporal¹⁰ (28%), lesão corporal dolosa (14%) e vias de fato¹¹ (4%), é possível refletir sobre a posição subjetiva feminina de masoquismo, já que em alguns casos, o número de reincidência é representativo. As outras ocorrências associadas (apreensão de objeto roubado; ato infracional; cárcere privado; difamação; furto em residência; maus tratos; perturbação no trabalho; posse irregular de munição; tentativa de estupro; tentativa de homicídio e tráfico de drogas) representaram, cada uma, 1% dentro dos 157 registros encontrados.

No que concerne ao perfil da amostra utilizada, observou-se que 33% das mulheres que registraram ocorrência no período selecionado representam uma faixa etária de grande maturidade, o que pode indicar possibilidades de um novo rumo na vida dessas mulheres, uma vez que *são jovens*, produtivamente falando, e já têm uma trajetória, um percurso de vida de maior experiência. Isto pode significar que a partir do momento que tenham tomado a decisão de procurar ajuda, tenham, ao mesmo tempo, operado uma grande mudança em suas vidas. Do mesmo modo, na faixa etária de 24 a 29 anos (28%), constata-se as perspectivas de no-

¹⁰ **Lesão corporal:** Crime contra a pessoa consistente em ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

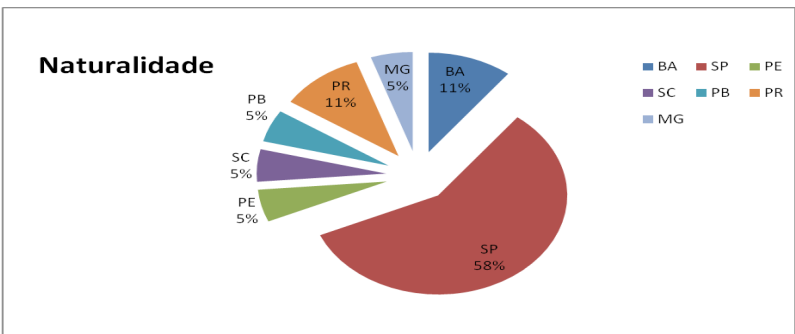
¹¹ **Vias de fato:** Contravenção penal consistente em empregar força física contra outra pessoa, sem, contudo, causar-lhe lesão corporal. Fonte: *Ibidem*

vos rumos a mulheres saudáveis, produtivas, que buscam auxílio da lei para fazer valer seus direitos.

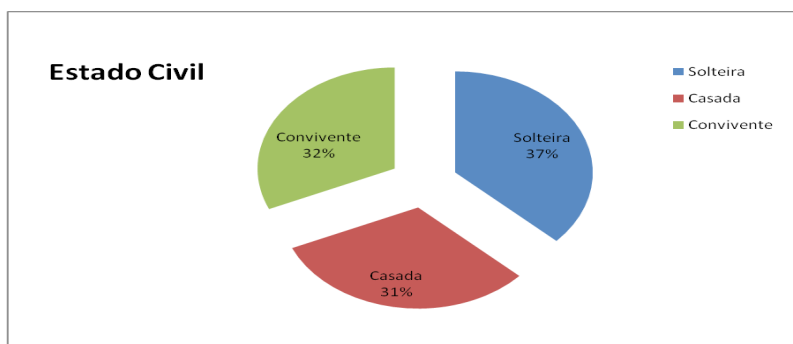


Também mulheres mais jovens (18 a 23 anos) representam um percentual pequeno (11%) diante da problemática apresentada, ao passo que mulheres de maior faixa etária (de 42 a 47 anos) representaram 17% da amostra pesquisada, o que sugere também a possibilidade de mudanças, mas leva a indagações como: “se está há muito tempo em um relacionamento com esse tipo de viés, por qual motivo demorou-se tanto para registrar ocorrência?”, “a violência sempre existiu nesse relacionamento?”, “em caso positivo, que tipo de fenômeno despertou a atitude de registrar a ocorrência?”, entre outras.

A título de registro, os dados sobre a naturalidade das mulheres foram contabilizados e registrados, conforme apontado no gráfico abaixo.



Nota-se, de acordo com o gráfico abaixo, que a maioria (37%) das mulheres denominou-se *solteira*, o que poderia indicar o nível de afastamento emocional destas com o autor da violência. É possível ainda pensar num possível enlutamento do relacionamento e em relação ao autor, concretizado pela nomeação “solteira”, cuja origem do termo (do latim *solitarius*)¹² diz respeito a (alguém) “Sem companhia, separado de outros; aplicado a uma pessoa.” Ou seja, algo que revela a “real” condição da mulher naquele momento.



Sobre as denominações utilizadas para fazer referência ao estado civil das mulheres, optou-se pela fidedignidade das nomeações utilizadas no registro do boletim de ocorrência, a fim de manter uma padronização nas estatísticas elaboradas, apesar da não uniformização do termo nos documentos analisados. É importante ressaltar que o termo “convivente” foi associado a mais de um tipo de subdenominação (envolvimento amoroso, relacionamento amoroso e união estável), sendo necessário que se retomasse o significado da palavra em duas fontes.

Segundo o dicionário Michaelis, o termo “convivente” refere-se a: **1** Que, ou pessoa que convive, em relações de amizade. **2** Que, ou quem é amigo de sociedade, que procura boa companhia. **Adj** Delicado no trato, cortês nas relações; afável, sociável.

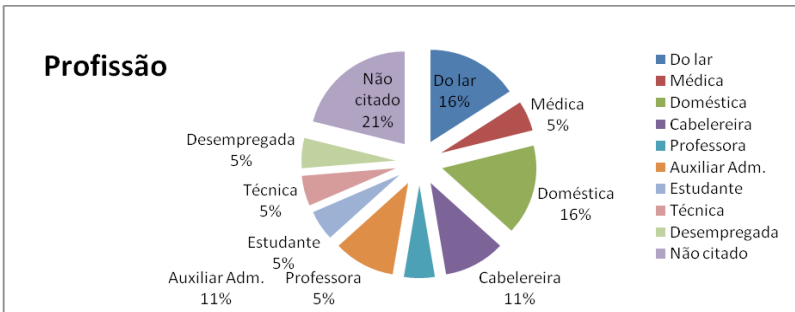
¹² Fonte: Michaelis- dicionário online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>

Já Nogueira e Fermentão (2007) o explicam citando a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil, que dispõe sobre o estado civil dos companheiros de união estável:

Artigo 1.723 É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (...) § 3º “Os companheiros adotarão o estado civil de conviventes” (p. 495).

A partir destes recortes, outros questionamentos se fazem presentes: “com o que essa mulher convive?”, “com quem?”, esses dados mostram-se representativos para a pesquisa, uma vez que tais mulheres representam 32% da mostra utilizada. É possível observar ainda que 31% das mulheres mantêm o status de casadas, nesses casos o questionamento que se apresenta é em relação à subjetividade destas, ou seja: qual o motivo de se manterem nesse lugar, apesar das agressões, violências etc?...

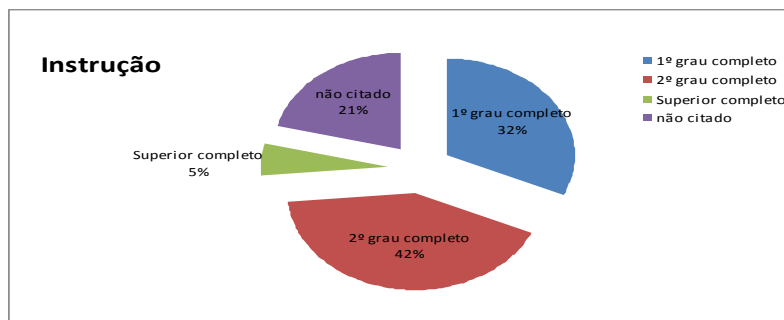
No que diz respeito às profissões, percebeu-se que onze das dezenove mulheres declararam ter envolvimento com alguma atividade profissional, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.



Apenas uma mulher declarou-se desempregada. Uma declarou-se estudante e 16% denominaram-se “do lar”, o que indica que apesar de não terem um emprego formal, dedicam-se a afazeres domésticos. Somando estas “categorias”, obtém-se 26% do total, o que representa um número significativo de mulheres que

provavelmente não têm renda própria, ou seja, que são dependentes financeiramente de alguém (frequentemente do companheiro). Este dado dá margem a alguns questionamentos, tais como: “qual o nível de envolvimento dessa mulher com o companheiro?”, “essa mulher tem condições de obter renda própria?”, e mais: “ela tem esse desejo?”. Outro dado que chama bastante atenção é o fato de 21% da amostra não ter sua profissão citada na ocorrência, o que faz pensar sobre o modo como as informações são solicitadas no momento do registro, uma vez que a delegacia do município não é especializada. Esta hipótese será melhor trabalhada no item Discussão dos Dados.

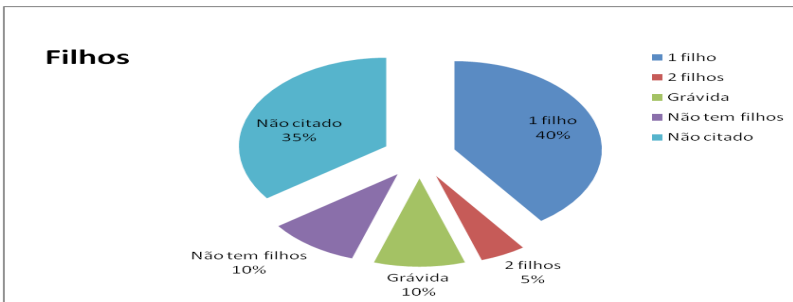
Em seguida, verificou-se o nível de instrução das mulheres em questão, conforme demonstra o gráfico abaixo. Por meio dos dados obtidos, notou-se que a grande maioria da amostra (42%) tem o segundo grau completo; além disso, 32% têm o primeiro grau completo e 5% tem curso superior completo.



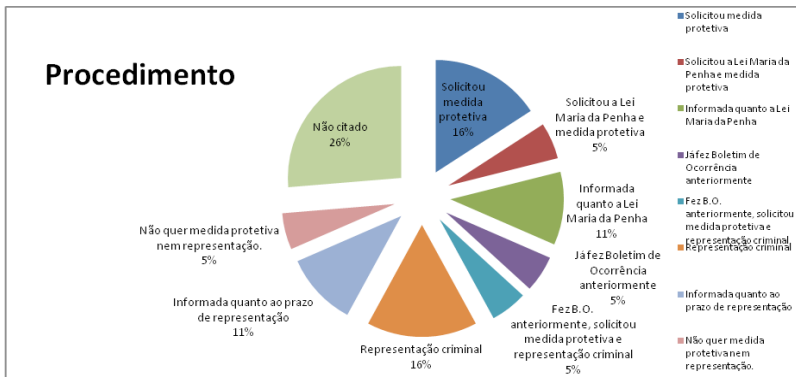
Um dado que necessita ser destacado novamente é o fato de 21% não terem seu nível de instrução citado na ocorrência, o que chama a atenção mais uma vez sobre o modo como são recebidas as informações no registro das ocorrências.

No que diz respeito à constituição familiar, a grande maioria (40%) disse ter um filho e 35% não foram citados. Novamente a hipótese da não citação desses dados corresponder ao modo como as informações são colhidas é levantada. Além disso, tal fato ainda pode ter a ver com o discurso da mulher em situação

de violência, o que poderia indicar talvez um autocentramento das informações, ou algum sentimento de autopreservação, concretizado pelo não fornecimento de dados que possam identificá-la ou a sua família. 10% das mulheres declararam ter um filho e o mesmo percentual declarou gravidez recente no período da ocorrência, o que configura um evento importante no momento da vida dessas mulheres, que estava sob influência de mudanças, sobretudo emocionais. Tal elemento dá margem a um questionamento acerca da subjetividade feminina neste período: “o que representa para essas mulheres a violência nesta época da vida?”. Apenas uma das dezenove mulheres tinha dois filhos, conforme apontado no gráfico abaixo.



Os dados acerca do tipo de procedimento solicitado pelas mulheres foram apontados no gráfico abaixo, como se pode observar.



Segundo os boletins de ocorrência consultados, é possível observar mais uma vez que a maioria (26%) não teve seus dados citados. 16% solicitaram medida protetiva, e outras 16% solicitaram representação criminal, o que indica um número pequeno em termos de autopreservação. Porém, se somados os procedimentos que indicam alguma atitude de oposição frente à violência, tem-se aproximadamente 47% da amostra. O fato de 11% terem sido informadas sobre a Lei Maria da Penha¹³ revela o desconhecimento por parte das vítimas sobre leis que as amparem, assim como o fato de 11% terem sido informadas sobre o prazo de representação sugere que há desconhecimento sobre como encaminhar o caso. Um aspecto que saltou aos olhos foi o fato de uma mulher (5%) não manifestar desejo de representação criminal nem de medidas protetivas, o que chama a atenção para a real intenção desse registro, deixando surgir a dúvida sobre o motivo inconsciente que a levou a tal atitude.

Por fim, a título de esclarecimento, foram nomeadas as atitudes apresentadas pelas mulheres em duas “formas” de posição subjetiva: de *autopreservação*, entendida aqui como comportamentos de proteção e de certa atividade frente ao(s) episódio(s) de violência; e de *assujeitamento*, compreendido por comportamentos de passividade e facilitadores da reincidência de tais episódios. Deste modo, percebeu-se que 63% da amostra utilizada apresentou uma posição subjetiva de *assujeitamento* frente à violência, enquanto que 37% demonstrou uma posição subjetiva de *autopreservação*.

¹³ Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Fonte: BRASIL. **Vade Mecum**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Considerações Finais

Os dados apresentados descrevem um fenômeno muito comum e ainda pouco compreendido: a violência doméstica contra as mulheres. Mais do que isso, evidenciam a posição em que essas mulheres se colocam – ou são colocadas – frente a tais situações.

Antes de refletir sobre as possíveis causas subjetivas dessas posições, deve-se levar em consideração o fenômeno da violência, resgatado nesta pesquisa como um fenômeno contemporâneo que aparece como sintoma do mal estar da sociedade atual, na verdade, algo que se mantém, ou seja, é recorrente na história da humanidade, conforme aponta Marin (2002). Esta autora apresenta a violência como um fenômeno dialético, uma vez que ao mesmo tempo em que se nega sua existência, há a sua simultânea afirmação: *“Nossa contemporaneidade nega a violência. Recusa legitimidade discursiva à violência. No entanto, estamos diante de uma civilização que mais fala de seu próprio desatino.”* (MARIN, 2002, p. 11). Nesta mesma linha de pensamento, Faleiros (2000) apud Thompson (2009) a descreve como um ato desencadeado por relações que envolvem *“a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo”* (p. 24) e não como um comportamento isolado. Além disso, a autora confirma a dialética apresentada por Marin (2002) quando a mesma reconhece a dificuldade de encontrar uma sistematização da violência em decorrência da precária atenção, que tanto o meio social como o meio acadêmico oferecem ao assunto.

Delineado então o conceito, há de se dispensar atenção à violência cometida contra a mulher, isto é, a violência de gênero. Segundo Thompson (2009), este é um fenômeno comum e recorrente, uma vez que remonta à história, em que a agressividade direcionada à mulher é aceita e natural ao comportamento masculino, possivelmente como uma herança que vem desde as horas primitivas.

A ideia de que as questões relacionadas à herança acabam por renovar a dominação masculina é apontada por vários autores, entre eles, Beauvoir (1949), Bourdieu (1999), Minayo e Souza (1998), Santos e Izumino (2005), Poli (2007), Thompson (2009), entre outros. Tal informação pode ser corroborada pelo alto número de reincidência dos episódios de violência os quais as mulheres notificam, conforme mostram os dados obtidos no discurso das ocorrências.

Afora esse dado sócio-histórico, o enfoque dispensado nesta pesquisa visa a compreender a violência contra a mulher sob um olhar psicanalítico, sendo indispensável recorrer a Freud para compreender melhor este fenômeno. Entende-se que é a partir do desenvolvimento sexual infantil que algumas das marcas mais importantes acontecem na vida do sujeito. Quando a criança descobre a diferença anatômica entre os sexos, a menina percebe-se como ser faltante, ou seja, ser anatomicamente castrada é uma descoberta que dá origem a três linhas de desenvolvimento possíveis: a primeira leva a uma aversão geral à sexualidade (isto é, à neurose); a segunda, a uma desafiadora auto-afirmação de sua masculinidade ameaçada; e a terceira, a atingir a atitude feminina normal final. A castração é apontada pela teoria psicanalítica como elemento chave para a estruturação feminina e fatores elementares cuja existência dá origem a um sentimento de rebaixamento de valor por parte das mulheres, que acabam por abandonar seu primeiro objeto de amor (a mãe) e ligar-se ao pai. Está assim configurado o Complexo de Édipo (Freud, 1933 [1932]).

Encontramos tais aspectos no contexto apresentado, uma vez que muitas vezes a conduta feminina diz respeito a esta posição, um tanto passiva, mesmo que implícita e inconsciente, como na atitude em relação à violência sofrida no contexto doméstico, conforme mostra o gráfico referente aos procedimentos solicitados pelas vítimas, onde se pode notar que cerca de 56% das mulheres não tiveram uma atitude “ativa” em relação ao recurso jurídico solicitado. Ou seja, pode-se dizer que, ou as mulheres citadas

não têm conhecimento sobre as leis que as protegem, ou de certo modo, não desejam tomar atitude legal contra os autores, o que lança questões sobre essa posição.

Destacamos que, levando-se em conta o grande número de ocorrências encontradas (157) num período tão breve de tempo (basicamente de outubro a dezembro de 2012, o que representa aproximadamente 1,74 ocorrências por dia), pode-se pensar em algumas hipóteses, tais como: a disseminação de informações fez com que cada vez mais mulheres tentem transformar a dinâmica conjugal, valendo-se para isso dos dispositivos legais; os casos de violência doméstica aumentam em proporções geométricas na região¹⁴.

Outro ponto importante para compreender a posição subjetiva da mulher é a ideia do masoquismo ser *par excellence* feminino, o que é enfatizado na conferência “Sobre a Feminilidade”, onde Freud (1933 [1932]) ressalta que a supressão da agressividade instituída pela sociedade às mulheres favorece o desenvolvimento destes impulsos masoquistas. Segundo Carvalho e Peres (1992), este conceito foi muitas vezes revisitado por Freud, sendo que no texto “Eu e o Isso”, de 1923, ele dá um novo entendimento à questão do masoquismo:

A base do supereu seria a identificação ao pai que, ao cair como objeto erótico no final do complexo de Édipo, acarreta a dissociação das pulsões. A pulsão de morte se manifestaria parcialmente na sua dimensão de tendência à agressão e destruição. (p. 150)

Além disso, de acordo com Carvalho e Peres (1992), o caráter inconsciente do masoquismo é acentuado, uma vez que existe

¹⁴ De acordo com dados fornecidos pela Delegacia de Polícia de Atibaia, até abril de 2006 foram registrados 35 casos de violência contra a mulher, e o atendimento social até a mesma data apontou que, entre os 7.000 casos atendidos, 10,5% foram de queixas de violência doméstica contra a mulher, mas que não se efetivou o registro da ocorrência. Fonte: Conselho Municipal da Mulher de Atibaia – COMMATI, 2012. Disponível em: <http://www.camaraatibaia.sp.gov.br/index.asp?centro=conselhos>

um “eu” que demanda castigo, isto é, um sentido oculto que procede da pulsão de morte, da pulsão de destruição não projetada no mundo exterior, e representa a destruição do indivíduo por si mesmo.

É importante salientar que neste trabalho foram descritas duas posições subjetivas possíveis a fim de organizar melhor os dados: a “autopreservação” e a “posição masoquista”. Isso se fez necessário, não somente pelo interesse no aprofundamento da temática, mas também porque ao se recorrer ao termo “vitimização”, apesar de ser amplamente utilizado em pesquisas (psicológicas) sobre o tema, seu uso trouxe certo desconforto às pesquisadoras, por mostrar-se insuficiente para compor nossa compreensão, uma vez que, de acordo com Silva (2007), a vitimização seria entendida como: *“ação ou efeito de alguém vem a ser vítima de sua própria conduta ou da conduta de terceiro, ou fato da natureza”* (Ibidem, p. 1). Assim, a leitura do termo vitimização pareceu deveras jurídica e psicologizante, devendo, portanto, ser repensada, uma vez que reafirmaria papéis sociais e culturais impostos por um sistema econômico que propõe a cisão dos gêneros e a coisificação dos sujeitos, conforme aponta Wolff (2009). Portanto, entendendo que a pesquisa em psicanálise firma-se na singularidade e, sobretudo, no respeito ao sujeito de quem se fala, optou-se pela utilização de um termo que pudesse dar conta de inscrever o sujeito feminino na cultura, conforme afirmam Santos e Cedaro (2012):

Há que se destacar que a subjetividade masoquista é uma forma possível de inscrição dos sujeitos na ordem da cultura, possibilidade que não é exclusiva e nem natural das mulheres. A possibilidade real de inscrição das mulheres na posição passiva e masoquista deve ser compreendida, portanto, como saída para o desamparo gerado por uma organização social que circunscrevia às mulheres posições dependentes de uma figura masculina provedora e protetora (...). (p. 54)

Nesse sentido, Diniziii et al (2007) afirmam:

No caso brasileiro, quase três décadas de ativismo no enfrentamento da violência contra a mulher e no desenvolvimento de respostas institucionais possivelmente têm contribuído para tornar a violência mais visível e menos aceitável. Não obstante, isso não implica em cessação dos atos de violência, como indicam as altas taxas encontradas. (p. 805)

Considerando esses fatores, observa-se na presente pesquisa que a maioria das mulheres (63%) apresentou condutas relacionadas à posição masoquista, todavia, a faixa etária contemplada pelas ocorrências indica possibilidades de mudança na dinâmica subjetiva, visto que a atitude de procurar uma instituição que representasse a lei, ainda mais num período tão jovem e produtivo de vida, leva a crer que existe um movimento facilitador de transformações. Conforme delineado anteriormente, a maioria das mulheres tinha envolvimento com alguma atividade profissional e certa instrução escolar, o que poderia ser indicativo de independência financeira e reforça a possibilidade de mudanças acima citada.

Vale destacar que os dados da pesquisa referem uma realidade que distancia-se das condições subjetivas, é dessa forma que compreendemos junto com Marin (2002) quando desenvolve a noção de que a subjetividade própria dos seres humanos é ignorada em nome da objetividade, uma vez que cada vez mais o mundo contemporâneo vê essas manifestações como um estorvo, fonte de incômodo e sofrimento. Consequentemente, por meio da ação objetiva (ou seja, do ato violento), se tentaria erradicar a indesejável subjetividade, o que é corroborado pelos tipos de violência associados à violência doméstica apresentados anteriormente, como por exemplo, os altos índices de lesão corporal e derivados físicos (que somados representam mais de 50% dos casos). Neste aspecto é também importante considerarmos a dificuldade ou mesmo a incapacidade de simbolização do autor da violência.

Tendo em vista que historicamente a delegacia – que suporte as ocorrências da mulher – é uma conquista, significado de um

lugar de expressão do desejo da lei, isto é, que interrompe o ciclo de violência, percebe-se que os boletins de ocorrência podem ser reveladores de um sintoma, uma vez que existe a possibilidade de a mulher colocar em evidência sua vida privada a fim de estabelecer um corte na situação dramática, trágica, em que está inserida.

Porém, quanto ao alto número de informações não citadas nos registros pesquisados, levantam-se algumas hipóteses sobre a razão pela qual tanto o funcionário responsável quanto a mulher não registraram tais dados. De acordo com as Normas Técnicas de Padronização – DEAMS (2006), o boletim de ocorrência deveria:

(...) ser o mais completo possível, com a inserção de dados detalhados de forma a facilitar a elucidação do crime. É importante, ainda, ressaltar que os dados contidos no Boletim de Ocorrência são determinantes para a efetiva qualidade probatória do inquérito policial e, conseqüentemente, para que ocorra o pronto oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, sem a necessidade da baixa dos autos para a feitura de novas diligências na delegacia, e possibilitam a identificação de cenários mais precisos para a intervenção do Estado no que se refere à segurança pública. (p. 27)

Contudo, o que se observa é a não padronização das informações, seja pela falta de normalização; seja pelo treinamento ou conhecimento específico não disponibilizado ao funcionário; seja pela proteção dos dados feita pela mulher em questão, em que pode-se vislumbrar também a manifestação de mecanismos de defesa que tanto protegem a subjetividade feminina, como a sua família e potencialmente o funcionário que lhe acolhe. São diversas as conjecturas possíveis neste caso, contudo, a fim de obedecer e facilitar o trabalho das políticas de enfrentamento à violência, seria interessante atentar-se às observações realizadas pelas Normas Técnicas e evitar procedimentos que prejudicam os estudos referentes ao tema, conforme é apontado:

Quanto ao procedimento de registro de ocorrência, as informações comumente coletadas são a tipificação e a classificação do fato ocorrido e o horário da ocorrência. Dados como a reincidência da agressão, envolvimento do agressor com álcool e entorpecentes e a presença dos filhos durante o fato não são coletadas, o que representa sério prejuízo para a elaboração, implementação e avaliação de uma política de prevenção e intervenção eficaz. (Normas Técnicas de Padronização – DEAMS, 2006, p. 18)

Assim seria possível traçar estratégias para lidar com o fenômeno da violência doméstica, uma vez que o mapeamento dos dados aliado à análise do conteúdo subjetivo trazido pela amostra em questão permitiria um posicionamento outro no momento de acolher e lidar com a situação, garantindo deste modo um atendimento singular às mulheres em questão.

Por fim, é essencial afirmar que os números aqui apresentados não traduzem de forma alguma toda a vivência e a experiência dessas mulheres. Contudo, estudos como este mostram-se importantes por permitir reflexões posteriores, bem como a produção de conhecimento teórico que garanta subsídios para a prática dos profissionais envolvidos.

Finalmente, destaca-se mais uma vez a importância de se resgatar o fenômeno aqui trabalhado, uma vez que se trata de algo extremamente complexo, principalmente se se considerar as diferentes facetas e caminhos singulares adotados por mulheres (também!) diferentes, como afirmam Santos e Cedaro (2012):

(...) Elas buscam diferentes respostas para lidar com o mesmo problema e, embora sejam muitas as constatações referentes ao ciclo da violência e às suas manifestações, há sempre um particular que foge à regra e à lógica adotada. (p. 76)

Isto permite pensar que, nesta dinâmica de masoquismo, está presente uma demanda ao Outro. Um Outro que está marcado por um lugar de saber, um lugar de Lei. A demanda constatada aqui é nessa relação, ou seja, de uma mulher que se reconhece fal-

tosa e que anseia por um Outro que lhe (re)posicione, daí a busca pela delegacia, por exemplo.

Constatou-se, a partir dos estudos psicanalíticos acerca do mundo contemporâneo, que “*O nosso tempo é aquele em que o notável progresso da ciência tende a foracluir essa alteridade [o Outro] que, não obstante, é constitutiva do mundo humano.*” (Melmam, 2005, p.1328). Daí a importância de considerarmos e revermos como os profissionais recebem essas mulheres, pois o lugar que estas ocupam guarda uma singularidade no caso de cada uma delas.

Bibliografia

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1949.

BOURDIEU, P. A. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMS**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/prevencaoviolenca-sexual/download/023normas.pdf> Acesso em: 01 Mai. 2013.

BRASIL. **Vade Mecum**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, Renato R.P. de; PERES, Rossely S.M.. O masoquismo na teoria de Freud. **Letra Freudiana, Escola, Psicanálise e Transmissão**, Rio de Janeiro, n. 10/12, 1992. Disponível em: <http://www.escolaletrafreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra1012/023.pdf>. Acesso em: 27 Ago. 2012.

DINIZIII, Simone et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n. 5, 2007. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v41n5/5854.pdf>. Acesso em: 01 Mai. 2013.

- FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, 2000. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_metodo_de_pesquisa_survey.pdf. Acesso em: 01 Mai. 2013.
- FREUD, Sigmund (1924). O problema econômico do masoquismo. IN: FREUD, Sigmund. **ESB vol. XIX**. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- _____. (1931). Sexualidade feminina. IN: FREUD, Sigmund. **ESB vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (Org.). **Dicionário compacto jurídico**. 13. Ed. São Paulo: Rideel, 2009.
- MARIN, I. da S. K. **Violências**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2002.
- MELMAN, Charles. Verbete: “O Outro”. In: MIJOLLA, Alain (Dir). **Dicionário Internacional de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, v. IV, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06>. Acesso em: 21 Ago. 2012.
- MORAES, Gisele Cristiane Senne de, COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pe/v15n4/v15n4a14.pdf. Acesso em: 21 Ago. 2012.
- NARVAZ, Martha G.. Masoquismo feminino e violência doméstica: reflexões para a clínica e para o ensino de Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, Brasília, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 Mai. 2013

- NOGUEIRA, G., FERMENTÃO, C.. O estado civil das pessoas que vivem sob o regime de união estável em face dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, n. 6, 2007. Disponível em: <http://cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/view/324/182>. Acesso em: 01 Mai. 2013.
- PARISOTTO, L., GUARAGNA, K. B. D. A., VASCONCELOS, M. C., STRASSBURGER, M., ZUNTA, M. H., & MELO, W. V. Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: Integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do sul, v. 21, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a09v25s1.pdf>. Acesso em: 28 Fev. 2012.
- PATRASSO, Rahel; GRANT, Walkiria Helena Grant. O feminino, a literatura e a sexuação. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a10v19n2.pdf. Acesso em: 21 Ago. 2012.
- POLI, M. C., A medusa e o gozo: uma leitura da diferença sexual em psicanálise. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. X, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000200009. Acesso em: 21 Ago. 2012.
- SANTOS, C. M., e IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **EIAL: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em 12 Mai. 2013.
- SANTOS, Maria Liliane Gomes dos; CEDARO, José Juliano. O mal me quer na escolha amorosa marcada pela violência. **Anais do Encontro Brasileiro de Psicanálise e Sedução Generalizada: Mesa 3 psicanálise e feminilidade**. Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/ebpsg/>

- anais/Anais_I_Encontro_Brasileiro_Psicanalise_Seducao_Generalizada.pdf#page=67. Acesso em 13 Mai. 2013.
- SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em: 01 Mai. 2013.
- SCHAEFFER, Jacqueline. Do masculino e do feminino como co-construção de casal. **Jornal de psicanálise**. São Paulo, v. 42 n. 76, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352009000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 21 Ago. 2012.
- SILVA, Denise Quaresma da; FOLBERG, Maria Nestovsky. De Freud a Lacan: as idéias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. **Estudos psicanalíticos**. Belo Horizonte, n. 31, out. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 Fev. 2012.
- SILVA, Mario Bezerra da. Vitimologia. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, v. X, n. 38, 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3550. Acesso em: 11 Mai 2013.
- SOLER, Colette. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- TEIXEIRA, Ana Carolina Gomes. **Amor e dor: violência na vida conjugal de uma mulher**. Universidade Federal De Rondônia: Rondônia, 2011. (Dissertação de Mestrado)
- THOMPSON, E. C. A. (2009). **Vitimização e compulsão à repetição: uma reflexão psicanalítica sobre a recorrência da violência**. Brasília: Uniceub, 2009. (Mono-

grafia apresentada ao Curso de Psicologia da Uniceub). Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/4070/1/20436166.pdf>. Acesso em 12 Mai. 2013.

WOLFF, Mery Pomerancblum. Reflexões sobre o feminino. **Jornal de psicanálise**. São Paulo, v. 42, n. 77, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 Fev. 2012.

Recursos Eletrônicos

Michaelis – dicionário online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>

Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://sijut.fazenda.gov.br/netahtml/sijut/SijutIntAsp/ATCP00.htm>